



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E
MEIO AMBIENTE
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA - EAD**

EDVALDO LUCINDO DA SILVA

**ASSENTAMENTO RIACHÃO
TERRA DE TRABALHO E NARRATIVAS DE VIDA NA
GEOGRAFIA DOS LUGARES**



ARAPIRACA

17 de dezembro 2020

EDVALDO LUCINDO DOS SANTOS



ASSENTAMENTO RIACHÃO
TERRA DE TRABALHO E NARRATIVAS DE VIDA NA GEOGRAFIA
DOS LUGARES

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia (EaD) do Instituto de Geografia Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Alagoas, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientador (a): Professora Dra. Maria Ester Ferreira da Silva Viegas

Arapiraca

17 de dezembro 2020



Assentamento Riachão

Terra de trabalho e narrativas de vida na Geografia dos lugares

Edvaldo Lucindo da Silva –Curso de Geografia (EAD-UFAL) –

Professora Orientadora: Dra. Maria Ester Ferreira da Silva Viegas

RESUMO

O Presente artigo tem como finalidade apresentar uma discussão sobre a reforma agrária, abordando através do processo do Assentamento Riachão, localizado no município de Traipu. De como essas formas de Assentamento podem vir a se tornar o que se denomina de “reforma agrária de mercado”, pois financiados pelo governo federal muitas vezes as propriedades que são negociadas, são devedoras da dívida pública e as terras muitas vezes estão improdutivas. A pesquisa também objetivou uma aproximação dos assentados e de suas histórias de vida como uma forma de ao descrever os lugares, entender melhor as diferentes configurações espaciais (geografias) que constituem o território alagoano.

Palavras-chave: Assentamento Riachão, Reforma agrária, Agricultura familiar

Introdução

Esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como finalidade abordar a questão da reforma agrária enquanto processo de distribuição de terra e da riqueza, tomando como delimitação de pesquisa o Assentamento Riachão. Tomando a forma de estudo de caso, usando a metodologia da pesquisa qualitativa esse trabalho foi desenvolvido com pesquisa de campo, pesquisa documental, e observações de cotidianos das pessoas que vivem no lugar. Me utilizando da metodologia de “histórias de vida”, ouvi muitos depoimentos e a presença do empírico da pesquisa acabou por sobressair em detrimento do texto acadêmico, é necessário colocar que esse método de histórias de vida possibilita a aproximação entre o pesquisador e os sujeitos do universo em estudo da pesquisa, o que possibilita conhecer a geografia dos lugares. De onde vieram as pessoas do assentamento? O que faziam nos lugares de onde vieram? O que esperavam encontrar nos assentamentos?

Foram usados documentos como: ata de formação e estatuto de criação do assentamento, documento histórico em fontes primária e secundária através de informação obtida por pessoas das comunidades próximas ao assentamento. No ato da construção do TCC, observamos os assentados estava sendo cumprido as suas atividades de trabalho visando o desenvolvimento

sustentável e todos os compromissos que um assentado deve cumprir, se o governo federal estava cumprindo a sua parte no processo, já que esse assentamento é um assentamento federal, ou seja adquirido com recursos do governo federal. Ao estudar o território do Assentamento Riachão e seu entorno (população circunvizinhas) procuramos compreender a totalidade da dinâmica social em que foi gerado esse assentamento. Entender o conjunto de políticas públicas e ações que favoreceu a tomada e o avanço no processo de desenvolvimento deste assentamento. Também durante a execução da pesquisa de campo, observou-se as condições ambientais do assentamento, estado conservatório das reservas florestais, destino do lixo, águas utilizadas para consumo humano e a prática do reflorestamento. Observou-se também que se as questões ambientais estavam sendo trabalhadas tanto pela escola local como pelas empresas de assistência técnicas, a exemplo da EMATER (Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas). Os instrumentos e técnicas de pesquisa utilizadas foram: entrevistas individual e grupal, aplicação de questionários e dinâmicas de grupo, observação participante, reuniões com a coordenação do assentamento, com os informantes qualificados em determinadas áreas.

O assentamento Riachão fica em Traipu, com uma população de 46 famílias de assentados. Existe uma grande preocupação por parte dos assentados com a questão ambiental, com a geomorfologia do lugar, para poder melhor entender como vai se dá o trabalho na terra, o potencial de desenvolvimento e a fixação das famílias nesse assentamento. Localizado em uma área problemática em termos de recursos físicos e hídricos, as limitações encontradas com a questão da erosão foram muitas e procuramos ver quais as medidas que são tomadas pelo poder público para combater essas ações erosivas, onde nessa região os solos são pouco profundos, o que limita a infiltração de água causando a erosão, onde nessa área temos rios permanente que podem ser afetados.

O referencial teórico para esta pesquisa foi constituído, inicialmente, por autores que analisam e discutem questões sobre a reforma agrária no estado de Alagoas, e documentos histórico do assentamento Riachão como a primeira ata de formação do assentamento, dados coletados no setor do IBGE, sobre a população assentada no estado de Alagoas nos último senso e dados coletados com a população do assentamento Riachão.

O acompanhamento desse assentamento foi sendo feito desde o ano de 2017 com visita e levantamento de documentos históricos.

1. As ligas Camponesas na luta pela terra.

“A terra talvez vos pertença, mas não as pessoas que estão lá. São cidadãos da nova África do Sul, têm seus direitos “Aliás, quando vocês chegaram da Europa, não trouxeram essa terra com vocês.” Mangaliso Kubheka, dirigente nacional Movimento dos Camponeses Sem Terra na África do Sul. (Le monde. Setembro de 2003)

Os movimentos sociais no Brasil têm uma história marcada por grandes lutas e embates realizados contra governos autoritários e luta pela liberdade e democracia. Mas aqui vamos nos deter aos movimentos sociais que marcaram o Brasil a partir da segunda metade do século XX, nos reportando ao movimento das ligas camponesas e a figura de um de seus maiores líderes: Francisco Julião. Sabe-se que o processo colonizador implantou no território brasileiro uma estrutura agrária de latifúndios que perduram até os dias atuais. As diferentes modalidades de lutas por parte da sociedade civil e do estado brasileiro para resolver essa problemática tem muitas análises que tem olhares e desfechos diferentes. Pelo lado da sociedade civil temos os movimentos sociais desde os tempos do Brasil colônia e pelo lado do estado temos diferentes mecanismos através de políticas públicas e de atos repressores e violentos como resposta a resolução da questão da terra no país. Pode-se dizer que os assentamentos organizados pelo INCRA foram uma maneira de responder, tentando impedir o crescimento que a grande pressão da luta pela terra empreendida pelos movimentos sociais, dentre eles um dos mais organizados da América Latina – O MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Assim refletiremos em poucas linhas as ligas camponesas e seu líder maior no Nordeste Francisco Julião.

Os movimentos sociais no Brasil passaram e intensificar-se a partir da década de 70, com fortes movimentos de oposição ao regime militar que então se encontrava em vigência, mantendo uma luta social e uma forte resistência, “o movimento social mais significativo” pós-golpe militar de 1964 foi o de resistência à ditadura e ao autoritarismo em que a população brasileira se manteve forte para com a ditadura que havia no país e dentro desse contexto ditatorial foi prevalecida a força e a organização dos movimentos estudantis e da classe operária em seus sindicatos e comunidades e pastorais, que ganhou força com a participação dos demais setores da sociedade que sofriam as consequências desta forma de governo. Em Alagoas a perversa trajetória da questão agrária brasileira sempre foi mais trágica; neste estado da

Federação todos os males e impasses existentes no uso da terra surgem aumentados e as dimensões positivas aparecem diminuídas.

As ligas camponesas surgem no Brasil em 1945 após a ditadura da era Vargas. A origem do nome liga camponesas está relacionada ao...

Movimento de organização de horticultores da região de Recife pelo PCB (Partido Comunista do Brasil). A maioria desses núcleos desapareceu, depois do fim da legalidade do Partido. A primeira delas foi a “Liga Camponesa de Iputinga” fundada em 3 de janeiro de 1946 em Pernambuco, que resistiu por um tempo mais longo (OLIVEIRA, 2007, p104)

Segundo Oliveira (2007), essa liga foi uma das que mais se desenvolveram, e chegou inclusive a ter box no mercado de São José, onde os trabalhadores vendiam diretamente os seus produtos, aí por volta do início de 1950. Convém ressaltar a importância fundamental do Partido Comunista na organização da luta camponesa. “Esse trabalho de organização dos trabalhadores do campo, aqui em nosso país, iniciou-se aí por volta de 1945 por decisão do Partido Comunista do Brasil. Eles entendiam do entendimento de que a aliança operário-camponesa era um instrumento fundamental na luta pelo poder e pelo socialismo no país.

No plano nacional o seu principal líder foi o advogado e deputado pelo Partido Socialista, Francisco Julião, que aglutinou o movimento em torno do seu nome e de sua figura, conseguindo reunir idealistas, estudantes, alguns intelectuais e projetando-se como presidente de honra das Ligas Camponesas.

É importante observar que as “Ligas Camponesas” eram mais numerosas na Região Nordeste, sendo o estado de Pernambuco um dos locais onde a luta se organizava e pulverizava as ações de organização e ocupação.

É importante dizer que Josué de Castro, Geógrafo e médico, organizou em Recife em setembro de 1955, no Recife, o Primeiro Congresso de Camponeses de Pernambuco, que culminou com um grande desfile de camponeses pelas ruas da cidade (Gaspar 2020 em linha).

Ainda em Gaspar nós vamos ter que as ligas camponesas se ...

Expandiram-se para diversos municípios de Pernambuco e também para outros estados brasileiros: Paraíba, onde o núcleo de Sapé foi um dos mais expressivos e importantes, chegando a congregar mais de dez mil membros; Rio Grande do Norte, Bahia, Rio de Janeiro (na época estado da Guanabara); Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Acre e também no Distrito Federal, Brasília. (GASPAR 2020 em linha).

A Geografia tem em seu escopo de preocupações a espacialidade das lutas pela terra, os escritos da Geografia sempre inspiraram os movimentos coletivos de luta por uma melhor distribuição das terras no país. Oliveira (2007) citando Julião em entrevista no jornal o “Pasquim” ao ser indagado sobre a origem das ligas estarem ligadas a necessidade de financiar os enterros dos camponeses ele responde que não, mas que ...

Não. Isso é uma história que a gente criou para dramatizar um pouco mais, creio que um pouco ligado à poesia de João Cabral de Melo Neto e à "Geografia da Fome" de Josué de Castro. Como morria muita gente, podia-se falar em genocídio. Em verdade, a Liga da Galiléia era para ver se podia pagar uma professora para alfabetizar os filhos do pessoal, pra conseguir crédito para enxadas e para comprar algumas coisas necessárias. Os camponeses fizeram uma cooperativa muito simples, via-se a marca da mão deles, e o juiz acabou aprovando a associação (OLIVEIRA, 2007, p.104)

As ligas camponesas no Brasil tiveram na pessoa de Francisco Julião um dos primeiros estudiosos a trabalhar, estudar e desenvolver um trabalho voltado a reforma agrária onde com sua cartilha e seus estudos no estado de Pernambuco pode alcançar todo o Brasil e outros países que adotaram seus estudos para melhorar a situação da população do campo. Onde em seus dias de pesquisa pode observar a realidade da vida de muitos camponeses que viviam em situação de extrema pobreza e pode escrever a cartilha e levar a luta do povo campo para todo o nordeste e após todo o país e mundo.

Já após o golpe militar de 1964 diversos líderes camponeses foram presos e outros tiveram de fugir para outros países com também foi o caso de Julião que só veio a retornar ao Brasil em 1979. Voltou com o intuito de uma reinserção, mas com um cenário totalmente diferente que o mesmo tinha deixado.

Nesse sentido de análise político e social, Francisco Julião se destacou por seus discursos considerados radicais e revolucionários, o mesmo criou uma cartilha do camponês de extrema importância para a mobilização de milhares de trabalhadores rurais antes do golpe de 1964.

Nessa cartilha Julião destaca as formas de mobilização de camponeses no nordeste do Brasil, esse direcionado ao trabalhador rural do campo onde foram feitas diversas conversas com diversas pessoas de diferentes setores da atividade agrícola e pecuária muito desses sem direitos a nada.

Após a revolução dessa cartilha que foi sendo passada e se multiplicou por outras regiões e estados nordestinos e finalmente por todo o Brasil. Que veio revolucionando e criando esse momento histórico para a reforma agrária com todas as mobilizações e ações que Julião ajudou a torna possível com sua cartilha, após isso, surge os sindicatos que segundo Julião nasceu do trabalho das ligas camponesas, já que eles lutavam por salário e terra, onde temos no Brasil heranças históricas que permanece até os dias atuais na má distribuição de renda e terra.

Com a criação dos sindicatos vem com ele os direitos a serem adquiridos como salários, férias, décimo terceiro salários entre outros. Onde segundo Julião as pautas não eram, mas somente relacionado as condições de trabalho e sim de vida, que já si falava sobre sua soberania tanto social, cultural e econômico tudo isso preservando o direito de todos.

Nas manifestações Julião acreditava na possibilidade de mudanças em cria um esforço político e social no jogo partidário em uma transição na redemocratização em curso onde na sua nova carta Julião destacava a elite política, como incendiária que queria toca fogo no Brasil. Tiveram vários incêndios em canaviais provocado por ex dirigentes camponeses, onde a elite tomo a frente dessas ações que tomou conta do poder pela violência. Com o Golpe Militar de 1964, o movimento foi desarticulado, proscrito, sendo seu principal líder preso e exilado. O movimento funcionou ainda durante algum tempo, através da Organização Política Clandestina, que possuía uma direção nacional formada por assalariados rurais e camponeses, que se infiltraram em sindicatos agrícolas, passando a ajudar presos e perseguidos políticos.

2. – Assentamento Conceituações e Diagnósticos

A palavra assentamento encerra sentidos plurais, que vai desde o sentido de tomar notas, anotação, registro ao da construção civil. Segundo o Dicionário Houaiss na construção civil pode significar movimento de pressão de cima para baixo que se opera numa parede ou construção; no sentido geográfico:

Núcleo de povoamento; núcleo de povoamento constituído por camponeses ou trabalhadores rurais; especificação de terras devolutas ou desapropriadas com a finalidade de nelas se fixarem camponeses sem terra; ato ou efeito de fixar os camponeses a essas terras (Houaiss, 2009 p.204)

Segundo Bernardo Mançano Fernandes (2003) o assentamento é um espaço de inclusão, assim como também as ocupações, os acampamentos, todos esses movimentos na luta pela terra, lidam continuamente com as pressões dos grandes representantes do latifúndio tentando transformar esses espaços de inclusão em espaços de criminalização. Mançano afirma que os

assentamentos rurais promovidos pelo governo federal não foi um reconhecimento da necessidade de se repensar a estrutura fundiária no Brasil e sim de impedir que a força popular dos movimentos sociais ligados a terra se multiplicassem dentro do território brasileiro (Mançano, 2003 p. 13), ele ainda afirma que os assentamentos são resultado da força das ocupações. Os assentamentos são espaços de (re) criação da figura do camponês e que essas ações de intensificação da questão agrária. Os assentamentos são espaços de recriação de terras de trabalho e não terras do agronegócio.

No entender de Mançano os assentamentos de “cima para baixo” capitaneados pelo governo federal, que no governo de Fernando Henrique Cardoso foi chamado de “novo mundo rural” e que segundo o governo federal no “novo mundo rural”...

Não existem conflitos, não há ocupações de terras, não existem acampamentos de sem-terra, os assentamentos são iniciados pelo governo e em três anos, em média [sic], estão consolidados. Nesse processo extraordinário, os trabalhadores entram como sem-terra e saem como agricultores familiares, prontos para o mercado, prontos para se tornarem prósperos capitalistas. (MANÇANO, 2003, P14)

Falar das políticas de assentamento é um assunto complexo, o governo federal afirma que está fazendo reforma agrária quando na verdade está fazendo uma “reforma agrária de mercado”, onde terras improdutivas e de baixa qualidade de solo são compradas por preços exorbitantes entregues aos camponeses que estarão com a responsabilidade de “fazer dar certo” mesmo sem as condições estruturais necessárias para a execução do Projeto de desenvolvimento agrícola. É fato que as políticas agrícolas aplicadas não estão voltadas para o interesse da agricultura camponesa, afirma Albuquerque et alli (2004 p. 82).

Os assentamentos estão apoiados por uma política de crédito própria, através do INCRA, que financia a implantação dos lotes, com recursos para a construção da moradia, da manutenção da família no primeiro ano, além de financiar o custeio da produção e disponibilizar crédito para investimento, com prazos e carências. Além disso, nos últimos anos, foi implementado o Projeto Lumiar, que deixou de funcionar ao final do ano de 1999. Esse projeto objetivou fornecer assistência técnica aos assentados, pois esta era uma das suas reivindicações históricas. Tinha por finalidade maior: o desenvolvimento das famílias assentadas; a consolidação dos projetos de assentamento e sua inserção no Município ou região como unidade de produção competitiva, geradora de renda e emprego; suprir a necessidade de assistência técnica e a capacitação das famílias assentadas, no que diz respeito à implantação e desenvolvimento de culturas e pastagens, armazenamento e comercialização, criação de animais e introduzir novas tecnologias e ações de estímulo à organização dos assentados (

2.2 *Modalidades de assentamentos*¹

O INCRA já criou e reconheceu diversos projeto de assentamentos em todo país, esses projetos de assentamento na maioria das vezes e por desapropriação de terras por meio de portaria que é divulgado no diário oficial da união, de terras, que não estão cumprindo com sua função econômica e social na maioria das vezes essa propriedade encontra-se com dívidas rurais. E que seja também com uma área superior a 15 módulos fiscais, pois pequenas áreas se tornam na maioria das vezes inviáveis para criação de um assentamento, pois é levado em conta sempre a qualidade de vida da população, dando prioridade áreas que possui um grande número de pessoas por família vivendo em pobreza extrema e de vulnerabilidade social.

As modalidades de assentamento variam de acordo com sua localização em cada estado e região tendo cada um, seu papel perante a sociedade. Tem o mais comum que vemos em nosso estado o PA (Projeto de Assentamento) que é através de obtenção de terra por desapropriação de responsabilidade do Incra, esses assentamentos devem ter toda infraestrutura básica para a fixação das famílias em seu lote como água, energia elétrica, estrada de acesso e moradia. O PAE (projeto de assentamento agroextrativista) esse assentamento e mais comum em região de exploração sustentável de matas, rios e oceano, nesse caso a desapropriação a da mesma forma do projeto de assentamento, mas com outra função social que e preservação do meio ambiente e extração de seus recurso controlado sem agressão ao meio. No PDS (projeto desenvolvimento sustentável) tem-se um projeto voltado para atividade de sustentabilidade que atua em áreas já de preservação ambiental com comunidades ribeirinha e extrativista que são assentadas com um propósito de preserva o meio ambiente e viver de forma sustentável onde as áreas são de responsabilidade do coletivo onde podemos ter como exemplo o rio são Francisco que e de exploração coletiva das comunidades ribeirinhas.

No PAF (projeto de assentamento florestal) nessa modalidade de assentamento a função social na maioria das vezes é de reflorestar área desmatada que é de mata permanente e ciliar, que vem com um intuito de plantar e explorar a mata na retirada de madeira com manejo sustentável com autorização ambiental, essa área de assentamentos mais comum na região

¹ Fonte de informação das modalidades de assentamento: INCRA. Acessado em 25/11/2020 pelo autor.
<http://www.incra.gov.br/pt/assentamentos.html>

norte, que são administrada na maioria da vezes por associações e cooperativa que organiza e acompanha e tem o controle da extração dos seus recursos existente e passível de manipulação controlada.

O PCA (projeto de assentamento casulo) uma modalidade de assentamento não tanto comum no Estado de Alagoas, pois é criado com recurso municipal e da união uma parceria, que em muitos municípios não tem recurso para da sua contrapartida e a manutenção desse assentamento acaba recorrendo a união que oferece a infraestrutura e credito para as famílias contempladas com lotes coletivo de exploração conjunta entre as famílias contemplada com o projeto.

O PDAS (projeto descentralizado de assentamento sustentável) essa modalidade de assentamento e destinada a agricultura familiar, sem-terra oriundo de áreas em torno dos centros urbanos, essas pessoas deve atende alguéns requisitos como explorar a área de forma sustentável e ecologicamente justa. Na maioria das vezes essas propriedades são de origem de compra pelo Incra ou doada ou cedida pelos governos estadual ou municipal, com seu maior proposito de produção de horticultura e fruticultura, para o abastecimento dos grandes centros próximos aos projetos de assentamento.

O Incra também tem reconhecidos outras modalidades de assentamentos não tantos comuns e nossa região entre outros, podemos citar o TRQ (território remanescente quilombola) essa modalidade vem de decreto da união para regularização de terras de comunidade de quilombo que tem seu recurso vindo da fundação Palmares que atende a essas comunidades e tem vários outro não tão expressivo em nossa região como modalidade municipal, reservas extrativista, reconhecimento de assentamento de fundo de pasto, reassentamento de barragem, floresta nacional, reserva de desenvolvimento sustentável, projeto de assentamento estadual e projeto de assentamento municipal.

Podemos falar que cada uma dessas modalidades de assentamento aqui citada tem o seu dever o papel de cumprir obrigações legais que são produzir alimentos, preservar o meio ambiente, respeitar os costume e tradições, trabalhar em coletivo e o mais importante: realizar essas atividades de forma sustentável, para que todos passam viver e ter sua moradia digna com saúde educação e lazer.

Tudo isso vem com os investimentos e que a união com o seu representante o Incra que além de disponibilizar a terra, fornece a moradia, educação, saúde, lazer e credito para poder o

assentado explorar seu lote com acompanhamento de empresas especializadas para levar assistência técnica e crédito para implantação do projeto de assentamento.

2.3 Caracterização do modo de vida dos assentados do assentamento Riachão Município de Traipu.

O território do Agreste Alagoano possui uma área de 5.271 km² que corresponde a aproximadamente 19% da área do Estado de Alagoas, que é de 27.793,343 km², segundo dados do IBGE. O território do Agreste Alagoano está formado por 19 municípios (dezenove), os quais são: Arapiraca, Campo Alegre, Campo Grande, Craíbas, Coité do Nóia, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igaci, Junqueiro, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Olho D'Água Grande, Palmeira dos Índios, São Sebastião, Taquarana, Traipu, Teotônio Vilela, Tanque D'arca.

Em Traipu até 2011(ver tabela 1) existiam os seguintes assentamentos: Assentamento Boiadeiro / Fazenda Pau D'Água, do Instituto de Terras do Estado, com 20 famílias; Assentamento Marcação, do INCRA, com 164 famílias; Assentamento Padre Cícero, do INCRA, com 45 famílias; Assentamento Riachão, do INCRA, com 46 famílias; Assentamento Sítio Novo, do INCRA, com 63 famílias; Assentamento Ribeira I e II, do INCRA, com 14 famílias; Assentamento Che Guevara do INCRA. Como se pode observar predomina os assentamentos federais, ou seja, o que chamamos de reforma agrária do governo ou de mercado. Em Traipu existem também duas comunidades quilombolas reconhecidas: Sítio Belo Horizonte e Uruçu (reconhecidas em 2009). O município de Traipu é banhado pelas águas do Rio São Francisco.

Fig. 1 Mapa de Traipu

Tabela (1) de Assentamentos em Traipu até 2011.

ASSENTAMENTO	QUANTIDADE DE FAMÍLIAS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Assentamento Boiadeiro	20 famílias	Instituto de terras do estado
Assentamento Marcação	164 famílias	Incra
Assentamento Padre Cícero	45 famílias	Incra
Assentamento Riachão	46 famílias	Incra
Assentamento Ribeira I e II	14 famílias	Incra
Assentamento Sítio Novo	63 famílias	Incra
Assentamento Che Guevara	-----	-----

Fonte PDTRS-Agreste de Alagoas -2011

O assentamento Riachão foi de 23 de setembro de 1997 (Decreto em anexo 1), foi uma desapropriação feita pela antiga Emater. Algumas famílias já residiam na fazenda e outros eram da região circunvizinha. A homologação de posse do assentamento foi em 10 de dezembro de 1997. Foi um rápido processo, pois sendo o processo de forma amigável, não houve maiores problemas. O assentamento já recebeu diferentes nomes: Fazenda Riachão – Santa Rita – Sítio Santa Rita e Lagoa do Reinado – esse último nome por motivo da nascente que ficava na serra das mãos e que descendo desembocava nas terras do Sr Reinaldo. Localizando-se no município de Traipu, a noroeste da sede do município próximo a Santa Cruz e a serra da mão – um dos pontos mais altos das cidades de Traipu, Jaramataia e Girau do Ponciano, sendo vista de longe em todos esses municípios. Não teve acampamento teve uma apropriação. As pessoas cadastradas foram se alojando na fazenda de forma amigável, sem conflitos e nem briga. Organizada a ocupação entre o sindicato, secretaria da agricultura, INCRA e o dono da fazenda. Sendo o dono devedor do estado, a negociação foi rápida, estes eram os procedimentos comuns nas negociações financiadas pelo banco da terra.

Fig. 1- Mapa de parcelamento da terra do assentamento Riachão. Fonte: INCRA.1998

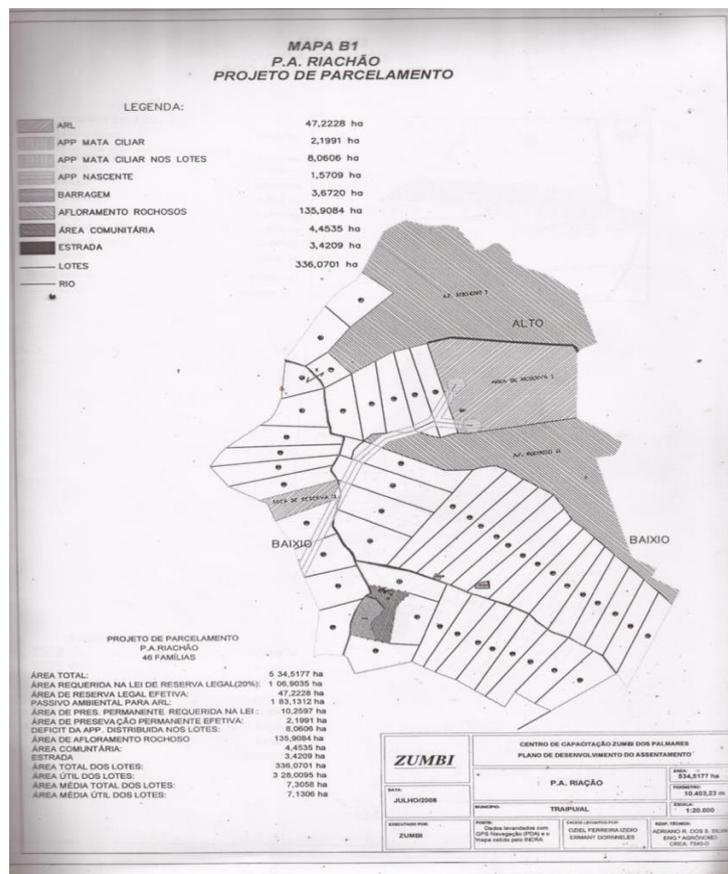


Fig. 2 Mapa do município de Traipu. Fonte: Alagoas em Mapas



O assentamento Riachão localiza-se a 38 km do município de Traipu, e é composto por 46 famílias, sendo que na agrovila existem 23 casas e 23 casas com lotes, o assentamento ele possui uma casa sede que funciona como uma escola, 3 açudes, sendo que a maior parte próximo à área comunitária. O sistema de distribuição de energia elétrica e a água que é consumida pelos assentados e vem por gravidade, os lotes são para a exploração agrícola de subsistência. De acordo com os dados obtidos, e os relatos de algumas pessoas, para a conquista das terras no assentamento

Riachão não houve conflitos nem ocupação, conforme Mançano: no “novo mundo rural” não existe conflitos, não há ocupações de terras, não existem acampamentos de sem-terra, os assentamentos são iniciados pelo governo e em três anos, em média [sic], estão consolidados (Mançano, 2003 p.16). Com o Assentamento Riachão foram realizados cadastros das famílias mais próximas da sede, da antiga EMATER e em seguida foram distribuídos os lotes. Atualmente essas famílias possuem suas residências, e lotes demarcados e com algumas culturas. Inclusive todos os beneficiários ao longo do tempo receberam linhas de créditos. Onde podemos citar o recebido pelas famílias como apoio inicial, crédito habitação, PROCERA (Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária- instituído em 1986), investimento e custeio, reforma de casa e adicional semiárido, todos esses de fundamental importância para assegurar a soberania alimentar e o direito de moradia digna, onde todos possuem seu lote com sua casa onde podemos observar a divisão no mapa (anexo número III). Existência e algumas lavouras perenes, sem práticas de médio e grande porte para produção e animais de serviços que se alimentam com restos culturais, pastos nativos e de pastos plantado.

Além da renda proveniente da produção agrícola em seus lotes (86%) possuem uma renda não agrícola, como: o bolsa família, aposentadoria, pensão, benefício ou outro tipo de atividade. Também foi observado que os assentados, eles produzem culturas temporais como: milho, feijão, fumo, macaxeira, bata-doce e palma forrageira. A produção de grão é apenas no inverno já a palma é a cultura que ocupa maior parte do território, pois seu cultivo é indispensável para a garantia alimentar dos animais. Os trabalhadores eles também enfrentam problemas de algumas pragas como: lagartas, percevejos e pulgões. Essas pragas podem ser oriundas do mau uso dessa terra pões com ações causada pelo homem com desmatamento das matas faz com que haja o aumento dessas pragas nas lavouras.

Os trabalhadores rurais do assentamento também contam com uma assistência técnica que atua na distribuição de sementes e vacinas de combate à aftosa, fora isso não há nenhuma intervenção, pois até o momento o assentamento recebe uma acessória técnica, social e ambiental (ATES) do convenio entre o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), e o Centro de Capacitação Zumbi dos Palmares que contam com uma equipe e que realiza um acompanhamento semanal por um técnico agropecuário, e um agrônomo (que está suspenso algum tempo). O assentamento também possui assistência de uma agente de saúde integrante do programa saúde da família (PSF) que é responsável pelas marcações de consultas. O transporte é um dos problemas enfrentados, não há nenhum transporte até o município de

Traipu. De segunda à sábado no horário da manhã há um caminhão que faz a linha até Arapiraca, e para o município de Traipu somente há um transporte no primeira terça e quinta de cada mês devido o pagamento dos aposentados. No assentamento Riachão podemos observar em nossas visitas que tem suas áreas de reservas em bom estado sem sofrer desmatamento, o que é muito importante para os assentados, pois assegura e preserva os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade o fluxo gênico da fauna e flora, que são de extrema importância para a região circunvizinha que sofre com grandes desmatamentos.

A importância dos assentados dentro da estrutura da agricultura familiar é muito importante. Os assentados de reforma agrária seja ela encetada pelo estado brasileiro ou pelos movimentos sociais, proporciona aos trabalhadores rurais a oportunidade de participar da economia do lugar. Temos como exemplo a integração dos assentados de diferentes lugares entre eles do assentamento Riachão, onde o assentado João Florentino dos Santos, que ganhou a licitação de produtos para a merenda escolar no município conforme extrato abaixo, retirado do Diário dos Municípios de 19 de outubro de 2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº79/2018-CPL CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAIPIU. CONTRATADO: JOÃO FLORENTINO DOS SANTOS, DAP nº IN-AL0033000-00007-180618, residente e domiciliado no residente no Assentamento Riachão em TRAIPIU-AL, ganhador nos itens 04 e 13 no valor total de R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais). Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, referente à Chamada Pública nº 01/2018. Data da assinatura: 11 de outubro de 2018 vigência: até entrega total dos produtos ou até 31 de dezembro de 2018. SILVINO BEZERRA CAVALCANTE – CONTRATANTE - JOÃO FLORENTINO DOS SANTOS – CONTRATADA. (Grifo do autor)

2.4 Características Geo-ambientais do Assentamento Riachão.

O assentamento Riachão encontra-se sob a formação morfológica com matas em formação isoladas na serra das Mãos onde tem pouca incidência de processo erosivo que facilita a preservação das matas e formações rochosas. A flora da região entorno do assentamento tem o domínio das catingas de matas de pequeno porte com uma grade diversidades de espécies de vegetação ao mesmo tempo temos nas matas do assentamento uma grande diversidade de animais e insetos com uma boa quantidade tornada uma ótima área para procriação pões temos áreas intocáveis que são propicia para manutenção da fauna e flora existente em sua mata.

O solo do assentamento tem a predominação de dois tipos de solos: Neo solo – ocupa 30 % da área, é um solo de areia grossa e fina e tem a presença de cascalho. Uma grande quantidade

de relevo, ocasionando a erosão do solo. O solo é raso é devido a erosão causada pela destruição da mata. Sendo uma área com uma declividade acima de 60 graus, que por consequência inviabiliza a prática da agricultura e da lavoura. A outra parte é o litólico. É uma área de situação irregular com a área de penetração da água muito baixa, com a declividade alta. O potencial nutricional do solo é limitado. O outro tipo é areno pedroso. O solo é muito raso, mesmo com a assistência técnica educando ambientalmente para o não desmatamento nas áreas de alta declividade. O desmatamento não foi feito pelos assentados. Antes da desapropriação os habitantes do povoado Santa Cruz, desmataram para uso de carvão e construção de residências.

Os manejos e preservação dessas áreas são importante para a biodiversidade da fauna e flora e manutenção do ecossistema onde temos no assentamento três áreas importante que são a área de reserva efetiva com cerca de 8,83% da área e área de preservação permanente da nascente efetiva cerca de 0,29% da área e APP mata Ciliar efetiva 0,41% da área. Os dados foram importantes pois se teve uma atual situação das áreas onde foram feitas visitas e onde foi observado se havia focos de desmatamentos e de animais nas nascentes de rios e se as explorações estavam dentro do permitido na nova lei ambiental vigente.

Tabela 2. Uso do solo e cobertura vegetal do assentamento Riachão

ÁREAS	VALOR (há)	VALOR (%)
ARL efetiva	47,2228	8,83
APP – Nascente Efetiva	1,5709	0,29
APP – Mata Ciliar Efetiva	2,1991	0,41
Barragem	3,6720	0,69
Área de Exploração Agropecuária	336,0701	62,87
Área Comunitária	4,4535	0,83
Afloramento Rochosos	135,9084	25,43
Estrada	3,4209	0,664
Total	534,5177	100,00

Fonte PDTRS-Agreste de Alagoas -2011

Tabela 3. População do assentamento por faixa etária

FAIXA ETÁRIA	PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO (%)
0 -5 anos	2%
6-10 anos	14%
11-14 anos	13%
15-17 anos	14%
18-24 anos	14%
25-40 anos	17%
41- 59 anos	22%
Mas de 59 anos	4%

Fonte PDTRS-Agreste de Alagoas -2011.

Tabela 4. Renda não agrícola das famílias do assentamento Riachão

RENDA NÃO AGRÍCOLA	(%)
Bolsa Família	63%
Aposentadoria	11%
Pensão	3%
Benefício (BPC)	3%
Trabalho	6%
Nenhum	14%

Fonte PDTRS-Agreste de Alagoas -2011

2.5 Educação no Assentamento Riachão.

A situação da educação do Assentamento Riachão no ano de 2008 era bastante preocupante onde os dados pesquisados no período mostraram que 50% das crianças de 0 a 5 anos, 5,1% das crianças e adolescentes com idade de 6 a 14 anos e 55% dos jovens de 15 a 25 anos estava fora da sala de aula. A nível municipal, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano, 2000, os municípios que apresentavam as maiores taxas de analfabetismo eram Campo Grande (62,4) e Traipu (61,6). Os dados específicos do assentamento não foram possíveis de localizar até o final da pesquisa.

2.6 – Saúde no Assentamento Riachão.

O assentamento possui a assistência de um agente comunitário de saúde integrante do programa saúde da família (PSF), que é responsável pela marcação de consulta, viabilização de remédios disponibilizados pelo posto de atendimento de saúde, mas próximo que fica no povoado Santa Cruz e pelo acompanhamento aos assentados idosos as gestantes e as crianças que são visitados uma vez por mês pelos enfermeiros.

As doenças, mais comum e com maior incidência nos moradores ainda são diarreia nas crianças, gripe na época de inverno, os moradores também tem direitos de marca por mês 5 consultas mensais no posto do povoado Santa Cruz. As maiores dificuldades encontrada pelos moradores e o deslocamento que fica em média uma hora a pé até o posto de saúde, falta de água no posto de saúde e compromete o atendimento a mulheres gestantes.

Como não tem coleta de lixo ou tratamento de esgoto para supri as necessidades das famílias, muitas famílias acabam jogando o lixo doméstico aos redores das residências que acaba trazendo para sua casa insetos e roedores causador de doenças.

CONCLUSÃO

Após todas as discussões aqui apresentadas, percebe-se a reforma agraria e seu contexto histórico no assentamento Riachão na narrativa de vida das famílias assentada em uma luta de

sobrevivência em uma terra, tão sonhada que chega com grandes desafios que é produzir alimento para sua sobrevivência e de sua família.

Posso falar que a luta dos trabalhadores pela terra, na maioria das vezes resultou na perda da própria vida quando o processo de desapropriação não é amigável. Mas milhares de famílias foram assentadas ao longo do tempo. A conquista é pequena, se comparada com a imensidão territorial do país e dos latifúndios. Esse tema mostra a realidade vivida por muitos dos nossos agricultores de nosso Brasil onde o processo de reforma agrária se deu por uso de posse que não teve ajuda para desbravar e produzir. E vemos o Riachão com recurso recebido do governo para desenvolver suas atividades agrícola e pecuária e moradias, entendemos aí um pouco de como foi a reforma agrária no Brasil.

No surgimento da reforma agrária no Brasil vem também o desafio de se organizar em um país passando por uma ditadura, mas para atravessar esse que foi o maior desafio dos movimentos sociais poderão contar com o escrito do jornalista Francisco Julião que foi precursor da luta pela terra.

Conclui-se então, que todos têm que perceber que a luta pela terra a terra de trabalho e de uma vida digna, representa um passo importante para a garantia de direitos fundamentais aos cidadãos. É impossível afirmar que exista democracia em um país onde existirem a exclusão de milhões de trabalhadores do campo e as condições de desigualdades sociais se perpetuem.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco; COELHO José Batista de; MIRANDA Jorge Artur Peçanha de; VASCONCELOS, Tatiana Cristina. As políticas públicas e os projetos de assentamento. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 9, n. 1, p. 81-88, abr. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2004000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000100010>.

AGUIAR, Claudio. Francisco Julião, uma biografia: O homem e a política, as ligas camponesas e a reforma agrária, exílio e o caso 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. In: <http://www.portalconscienciapolitica.com.br>

FERNANDES\< Bernardo Mançano. ESPAÇOS AGRÁRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL: novas configurações do campo brasileiro. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 11-27, Jan/Jun 2003. Acesso em 04 de novembro de 2020.

GASPAR, Lúcia. Ligas Camponesas. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 23 de novembro de 2020.

HENRIQUES Ricardo, MARANGON Antonio, DELAMORA Michiele, CHAMUSCA Adelaide (orgs). CADERNOS SECAD. Educação no campo; diferenças mudando paradigmas. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). Março de 2007. Esplanada dos Ministérios, Bloco L, sala 700 CEP 70097-900, Brasília, DF. In <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaocampo.pdf>

INCRA.<http://www.incra.gov.br/pt/busca.html?searchword=tipos%20de%20assentamentos&searchphrase=all>

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães et al. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Pesqui. Prát. Psicossociais**, São João del-Rei, v. 12, n. 2, p. 466-485, ago.2017. <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000200016&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 12 nov. 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p

<http://pcbalagoas.com.br/2011/08/artigo-questao-agraria-em-alagoas.html>

ANEXOS.

Anexo I
Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda Riachão/Santa Rita/Lagoa do Reinado", situado no Município de Traipu, Estado de Alagoas, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 184 da Constituição, e nos termos dos arts. 18 e 20 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 2º de Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos [arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964](#), e [2º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993](#), o imóvel rural denominado "Fazenda Riachão/Santa Rita/Lagoa do Reinado", com área de 646.5400 ha (seiscentos e quarenta e seis hectares e cinquenta e quatro ares), situado no Município de Traipu, objeto dos Registros nºs R-4-30, fls. 198, Livro 2-A; R-4-31, fls. 199, Livro 2-A e R-3-621, fls. 111, Livro 2-D, do Cartório do Único Ofício da Comarca de Traipu, Estado de Alagoas.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste Decreto os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes no imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata este Decreto, na forma prevista na [Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993](#), e a manter a área de Reserva Legal prevista na [Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965](#), preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação do meio ambiente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de setembro de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Raul Belens Jugman Pinto

In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1997/Dnn5768.htm.

Acessado em 07 de novembro de 2011.

Anexo II

Página 175 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 27 de novembro de 2009

PORTARIA N 3, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA, NO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 21 da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto n.5.735, de 27 de março de 2006, combinado com a Portaria INCRA/P/N.º 288/2006, de 13 de julho de 2006, publicada no D.O.U. de 17 de julho de 2006, resolve:

Art. 1.º-Revogar as Resoluções/CDR/SR/22/AL/N.º. 22, N.º. 02 e N.º. 22 de 18/12/2001, publicado no DOU n.º. 244 e n.º.20 de 26/12/2001 e 29/01/2002 e as Portarias/INCRA/SR-22/AL/N.º. 035 e N.º.037, de 15/12/2000, publicadas no DOU n.º. 244 de 20/12/2000.

Art. 2.º - Reativar as ações dos Projetos de Assentamento FLOR DO MUNDAÚ, ZUMBI DOS PALMARES, ELDORADO DOS CARAJÁS localizados no município de Branquinha, SERRA PRETA, localizado no município de União dos Palmares e RIACHÃO, localizado no município de Traipú.

Art. 3.º - As Divisões e a Procuradoria Federal Especializada deverão adotar as providências objetivando a realização das pendências relativas a créditos, infra-estrutura e serviços básicos bem como a destinação dos bens imóveis remanescentes, no prazo de um ano, contados a partir da publicação da presente norma, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa acatada pelo Comitê de Decisão Regional;

Art. 4.º - Determinar que os setores técnicos desta Regional adotem as seguintes medidas subseqüentes: I - Providenciar relação das famílias do projeto consolidado e demais atos a serem encaminhados formalmente pela Superintendência Regional, ao Conselho Estadual ou Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, visando a inserção das referidas famílias no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e integração com os programas de Desenvolvimento local, regional e estadual; II - Atualização dos dados do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária- SIPRA.

Art. 5.º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação. Art. 5.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ass. Gilberto Coutinho Freire, Superintendente Regional.

In: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1556377/pg-175-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-27-11-2009>. Acessado em 07 de novembro de 2011

